

## POSFÁCIO

Imigrar do Sul é, o mais frequentemente, ou uma maneira de fugir à miséria, ou uma oportunidade de encontrar um emprego mais bem remunerado correspondente às qualificações adquiridas, ou enfim de encontrar uma liberdade negada. Não é uma livre escolha, mas uma escolha constrangida.

Viver enquanto “forasteiro” é, no entanto difícil. Rapidamente as dificuldades se acumulam, dificuldades ligadas às discriminações sofridas, à incompreensão dos valores da sociedade de destino, ao desenraizamento, enfim. As discriminações em nível do salário recebido, dos empregos encontrados, do desemprego, das condições de trabalho, das habitações, por vezes da saúde, da educação das crianças, são ressentidas como injustas e constituem um obstáculo à integração dos imigrantes na sociedade de destino. As discriminações não são somente de ordem econômica, elas são também raciais (cor da pele), religiosas, culturais. O livro de Gunter (2010)<sup>47</sup> o ilustra muito bem, o autor tendo tomado os traços de um negro e descobrindo no cotidiano o que é o conteúdo concreto da rejeição do outro, feita de comportamentos o mais das vezes não confessados, de hipocrisia, quando não de um franco cinismo. As campanhas eleitorais, particularmente em período de crise, participam deste movimento quando certos jornais (a imprensa “*people*” na Grã-Bretanha, por exemplo) e partidos políticos, sublinham que os únicos empregos criados o foram para... os imigrantes, os “nativos” sofrendo plenamente a crise em favor dos estrangeiros, designados como bodes expiatórios. Conviria então reservar os empregos aos nacionais e até mesmo os benefícios dos sistemas previdenciários de saúde. O olhar do outro, feito de desprezo, de insultos, de culpabilização, quando não diretamente de racismo, a rejeição da diferença não facilita a

---

<sup>47</sup> GUNTHER, W. **Parmi les perdants du meilleur des mondes**. Paris: La Decouverte, 2010. Ver o primeiro capítulo intitulado: Preto e branco: um estrangeiro dentre os alemães.

integração e pode conduzir, em reação, a comportamentos de busca de segurança pela procura de sua própria identidade, de seus próprios valores ainda que construídos. Nós mostramos, analisamos isto nas páginas que antecedem.

Este artigo não tem por objeto estudar a imigração no Brasil ou de compará-la à da Europa. A imigração no Brasil foi analisada por numerosos economistas, sociólogos, geógrafos, cientistas políticos, e mesmo filósofos. Este artigo tem por objeto a imigração para o Japão por duas razões distintas: tratar da imigração brasileira em geral é demasiado ambicioso nos limites de um artigo; tivemos a oportunidade de participar em uma missão do Conselho da Europa no Japão, coorganizada pela *Japan Foundation* em novembro de 2009 sobre “os espaços urbanos interculturais”. Além do conjunto de documentos que recolhemos sobre a imigração no Japão e mais particularmente aquela proveniente do Brasil pudemos encontrar imigrantes, discutir com eles em sua língua e avaliar suas dificuldades em se inserir na sociedade japonesa, analisar as discriminações sofridas *de facto*, quando não *de jure*, medir o quanto podia lhes ser difícil voltar ao Brasil, por falta o mais frequentemente de meios suficientes, apreciar enfim as novas políticas, decididas pelo governo recentemente eleito<sup>48</sup>, tomadas em um contexto de crise internacional cujos efeitos foram particularmente violentos em 2009.

### **A inversão das correntes migratórias no Brasil**

Ontem país de imigração, o Brasil, como a maior parte dos países latino-americanos, ao contrário da Espanha, de Portugal, da Itália, tornou-se um país de emigração.

---

<sup>48</sup>O governo do PDJ, recentemente eleito, deveria aumentar as alocações familiares, permitir a gratuidade do ensino público secundário, favorecer uma elevação do salário mínimo e, sobretudo decidir um endurecimento da proteção de base do assalariado (proibição do trabalho intermitente no setor manufatureiro), o que logicamente deveria conduzir a um melhoramento da situação dos imigrantes.

Os fluxos migratórios mais importantes na direção do Brasil se situam entre 1880 e 1930 e entre 1950 e 1960, como se pode ver no gráfico abaixo. Entre 1808 e 1970, os imigrantes provêm em 31% de Portugal, 30% da Itália, 13% da Espanha, 4,2% do Japão, 4% da Alemanha e os 17% restantes de vários outros países.



**Gráfico 7 – Fluxos Migratórios em Direção ao Brasil**

Fonte: IBGE.

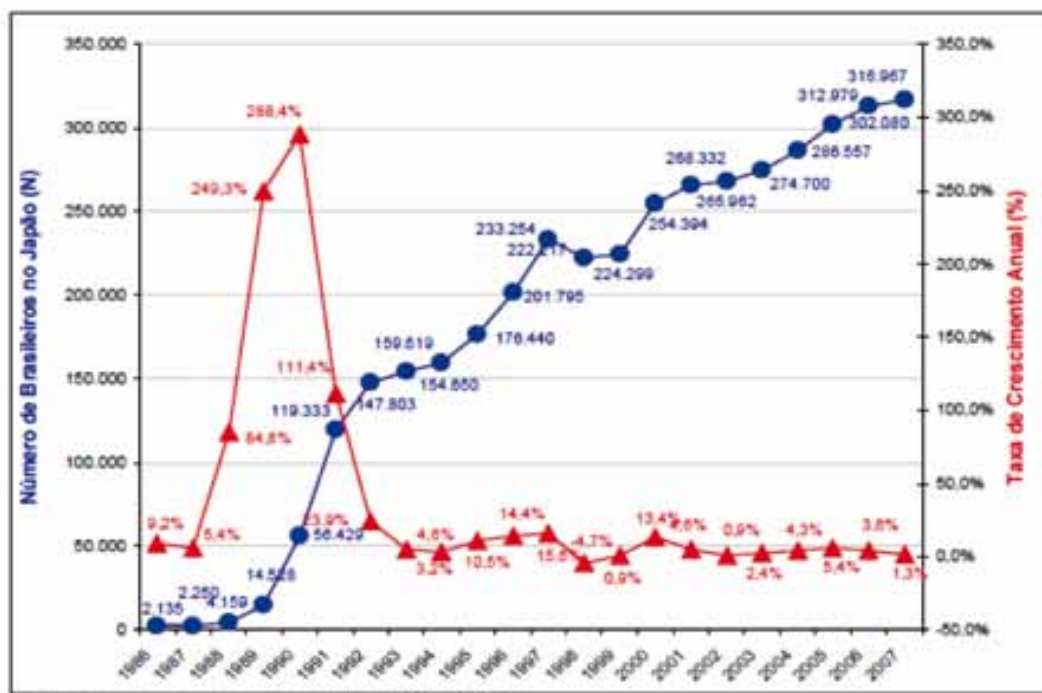
O percurso dos migrantes japoneses é interessante porque feito de uma “ida” e uma “volta”, para muitos dentre eles, diferente, mas igualmente difícil por mais de uma razão. Desde 1908, de sua chegada ao porto de Santos, os imigrantes japoneses trabalharam, sobretudo na colheita do café no Estado de São Paulo. Pouco integrados, submetidos a condições de trabalho extremamente duras, eles conservaram sua cultura, seus costumes, sua língua. Desde 1965, seus descendentes foram para a Grande São Paulo e sua integração à sociedade brasileira e à sua cultura tornou-se mais importante. Assim sendo, alguns, muito numerosos, perderam a capacidade de se exprimir correntemente na sua língua de origem, outros conservaram a maior parte do tempo o uso de palavras e construções gramaticais passadas, envelhecidas,

**Tabela 5 – Principais Países de Destinação dos Brasileiros: 1996, 2002 e 2008**

1996				2002				2008			
	País	N	%		País	N	%		País	N	%
1°	Estados Unidos	598.526	38,36 %	1°	Estados Unidos	783.602	39,89 %	1°	Estados Unidos	1.240.000	40,73 %
2°	Paraguai	460.846	29,54 %	2°	Paraguai	378.247	19,25 %	2°	Paraguai	487.517	16,01 %
3°	Japão	201.139	12,89 %	3°	Japão	273.661	13,93 %	3°	Japão	310.000	10,18 %
4°	Itália	40.118	2,57 %	4°	Portugal	85.567	4,36 %	4°	Inglaterra	150.000	4,93 %
5°	Alemanha	36.092	2,31 %	5°	Itália	67.187	3,42 %	5°	Portugal	147.500	4,84 %
6°	Portugal	32.068	2,06 %	6°	Alemanha	45.212	2,30 %	6°	Itália	132.000	4,34 %
7°	Uruguai	19.986	1,28 %	7°	Suíça	45.030	2,29 %	7°	Espanha	110.000	3,61 %
8°	Inglaterra	19.510	1,25 %	8°	Argentina	45.004	2,29 %	8°	Suíça	55.000	1,81 %
9°	Argentina	15.404	0,99 %	9°	Inglaterra	30.017	1,53 %	9°	Alemanha	46.209	1,52 %
10°	Guiana Francesa	11.212	0,96 %	10°	Suriname	25.740	1,31 %	10°	Bélgica	43.638	1,43 %
11°	Suriname	10.361	0,83 %	11°	Espanha	20.915	1,06 %	11°	Argentina	38.500	1,26 %
12°	Austrália	12.504	0,80 %	12°	França	19.727	1,00 %	12°	França	30.000	0,99 %
13°	Canadá	11.212	0,72 %	13°	Guiana Francesa	15.557	0,79 %	13°	Canadá	20.650	0,68 %
14°	Espanha	10.361	0,66 %	14°	Canadá	14.550	0,74 %	14°	Guiana Francesa	20.000	0,66 %
15°	Suíça	8.353	0,54 %	15°	Israel	11.000	0,56 %	15°	Uruguai	18.848	0,62 %
16°	França	8.219	0,53 %	16°	Bolívia	10.136	0,52 %	16°	México	18.000	0,59 %
17°	Bolívia	6.676	0,43 %	17°	Holanda	10.040	0,51 %	17°	Irlanda	17.000	0,56 %
18°	Venezuela	5.307	0,34 %	18°	Uruguai	9.770	0,50 %	18°	Holanda	16.399	0,54 %
19°	Grécia	2.503	0,16 %	19°	Bélgica	8.705	0,44 %	19°	Bolívia	15.091	0,50 %
20°	Áustria	950	0,06 %	20°	Venezuela	8.513	0,43 %	20°	Israel	15.000	0,49 %
	Outros Países	42.353	2,71 %		Outros Países	57.308	2,88%		Outros Países	113.410	3,72%
	<b>Total 1996</b>	<b>1.560.162</b>	<b>100,00%</b>		<b>Total 2002</b>	<b>1.964.498</b>	<b>100,00%</b>		<b>Total 2008</b>	<b>3.044.762</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** Dados de 1996, 2002 e 2008 Fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Divisão de Assistência Consular.

cada vez menos utilizadas no Japão de nossos dias. A partir de 1980, uma parte deles migrou para o Japão por razões essencialmente econômicas: crise no Brasil, hiperinflação, dificuldade de se encontrar emprego, salários mais elevados no Japão que no Brasil, raridade de mão-de-obra no Japão, facilidade atribuída pelo governo japonês ao “retorno” de seus filhos supostamente parecidos com o povo japonês e, suscetíveis de se assimilar sem problemas particulares. Em 1988, 4.000 brasileiros residiam no Japão. 56.400, em 1990, quando foram tomadas medidas facilitando a entrada de descendentes dos imigrantes japoneses no Brasil (até a quarta geração). Em 2000, 254.000 e, em 2006, cerca de 310.000 (ver Gráfico 8 abaixo), tendo por bagagem uma língua envelhecida, costumes esquecidos, maneiras de ser fortemente abasileiradas.



Fonte: Japan Immigration Association (1995 a 2008).

### Gráfico 8 – Imigração Brasileira para o Japão de 1986 a 2007 <sup>49</sup>

Fonte: Dados de 1995 a 2008 Fornecidos pela Japan Immigration Association.

<sup>49</sup> Gráfico construído a partir de dados oficiais por PINHEIRO, E. M. S. Ser ou não ser japonês?. 2009. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp, Campinas, 2009.

**Tabela 6 - Estrangeiros Residentes no Japão por Origem Continental de 1994 a 2006<sup>1</sup>**

Região		1994 Heisei 6	1995 H. 7	1996 H. 8	1997 H. 9	1998 H. 10	1999 H. 11	2000 H. 12	2001 H. 13	2002 H. 14	2003 H. 15	2004 H. 16	2005 H. 17	2006 H. 18
Ásia	N	1.050.211	1.039.149	1.060.081	1.086.390	1.123.409	1.160.643	1.244.629	1.311.449	1.371.171	1.422.979	1.464.360	1.483.985	1.540.764
	%	77,6%	76,3%	74,9%	73,3%	74,3%	74,6%	73,8%	73,7%	74,0%	74,3%	74,2%	73,8%	73,9%
América do Sul	N	203.840	222.865	248.780	284.691	274.442	278.209	312.921	329.510	334.602	343.635	358.211	376.348	388.643
	%	15,1%	16,4%	17,6%	19,2%	18,2%	17,8%	18,6%	18,6%	18,1%	17,9%	18,1%	18,7%	18,6%
América do Norte	N	52.317	52.681	54.668	55.312	54.700	54.882	58.100	60.492	63.201	63.271	64.471	65.029	67.035
	%	3,9%	3,9%	3,9%	3,7%	3,6%	3,5%	3,4%	3,4%	3,4%	3,3%	3,3%	3,2%	3,2%
Europa	N	32.529	33.283	35.136	38.200	39.925	41.659	47.730	51.497	55.288	57.163	58.429	58.351	59.995
	%	2,4%	2,4%	2,5%	2,6%	2,6%	2,7%	2,8%	2,9%	3,0%	3,0%	3,0%	2,9%	2,9%
Oceania	N	8.571	8.365	8.753	9.645	10.514	11.159	12.839	14.697	15.898	16.076	16.131	15.606	15.763
	%	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,7%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%
África	N	4.909	5.202	5.609	6.275	6.940	7.458	8.214	8.876	9.694	10.060	10.319	10.471	11.002
	%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Não Sabe	N	1.634	1.826	2.109	2.194	2.186	2.103	2.011	1.941	1.904	1.846	1.826	1.765	1.717
	%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	N	1.354.011	1.362.371	1.415.136	1.482.717	1.512.116	1.556.113	1.686.444	1.778.462	1.851.758	1.915.030	1.973.747	2.011.555	2.084.919
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados de 1995 a 2007 Fornecidos pela Japan Immigration Association.

<sup>1</sup> Tabela construída a partir de dados oficiais por Pinheiro (2009, p. 257).

A partir de 1980, o Brasil conhece uma inversão de seu saldo migratório: os emigrantes são mais importantes que os imigrantes e, em 2003, segundo o Ministério das Relações Exteriores, cerca de 1,5% dos brasileiros residem no estrangeiro. O que explica provavelmente que a maior parte do que é escrito sobre o fenômeno migratório concerne hoje às migrações internas, regionais, analisadas segundo o nível de qualificação, das diferenças salariais, do sexo, do grau de urbanização e muito menos as migrações externas. Entre 1996 e 2008, o número de brasileiros residindo no estrangeiro dobra, os principais países de destinação são os Estados Unidos (40%), seguido do Paraguai (16%), do Japão (10%), de alguns países europeus como a Grã-Bretanha e Portugal (5% cada um), da Itália (4%), como podemos observar na Tabela 5.

As populações estrangeiras residentes no Brasil, não tendo, porém adquirido a nacionalidade brasileira, e não correspondendo em senso estrito à população imigrante (quer dizer, nascidas no estrangeiro) são, por ordem, os portugueses (270.000), os japoneses (92.000), os italianos (69.000), etc. Os naturais dos países latino-americanos, no entanto relativamente próximos, são ao contrário do que se poderia pensar relativamente pouco numerosos, os argentinos 39.000, os bolivianos 33.000, os uruguaios 28.000, os peruanos, os menos numerosos, não sendo mais que 10.000, ou seja, um total de 870.000 estrangeiros residentes. Quer dizer, 0,45% da população, enquanto pouco mais de três milhões de brasileiros residem no estrangeiro.<sup>50</sup>

### **O Japão e as correntes migratórias**

Comparado aos países europeus, o Japão conhece uma bastante fraca proporção de imigrantes em relação à sua população, ela representa, com efeito, 1,74%. A imigração é, sobretudo de origem asiática. A imigração de origem coreana declina relativamente e aquela

---

<sup>50</sup>Disponível em: <[www.alternativa.co.ip](http://www.alternativa.co.ip)>.

proveniente da China e das Filipinas aumenta em termos absolutos e relativos. No total, a imigração de origem asiática baixa relativamente de alguns pontos nos dez últimos anos como se pode ver na tabela a seguir.

A importância da imigração asiática, em pronunciado recuo para os coreanos, (ver Gráfico 9<sup>51</sup>), se explica pela história própria do Japão<sup>52</sup>, pela proximidade geográfica, por motivos econômicos e, enfim, por critérios culturais. Por razões ligadas à história colonial do Japão, a pirâmide das idades da população coreana tem um aspecto de T: sua base, assim como o conjunto das faixas etárias, é muito estreita à exceção daquela dos 65 anos e mais. Não é o caso da China: a base é muito estreita, mas a população tendo entre 20 e 34 anos é particularmente importante, com uma percentagem mais elevada de mulheres que de homens. A migração filipina confina com a caricatura: ela é quase exclusivamente feminina, as mulheres entrando com um visto temporário de “*hôtesses*” e desposando às vezes japoneses, sem por isto adquirir a nacionalidade japonesa. A população de origem latino-americana, e mais particularmente brasileira, conhece um crescimento importante nos anos noventa e se estabiliza em seguida em termos relativos em torno de 18%. No conjunto, sua repartição por idade é mais bem equilibrada que a população de origem chinesa. Sendo a mais importante, a faixa etária de 20 a 34 anos pesa menos que aquela observada na pirâmide etária da população de origem chinesa. A parte dos homens é mais importante que a das mulheres, contrariamente ao que se pode observar no caso da China e, sobretudo das Filipinas<sup>53</sup>.

---

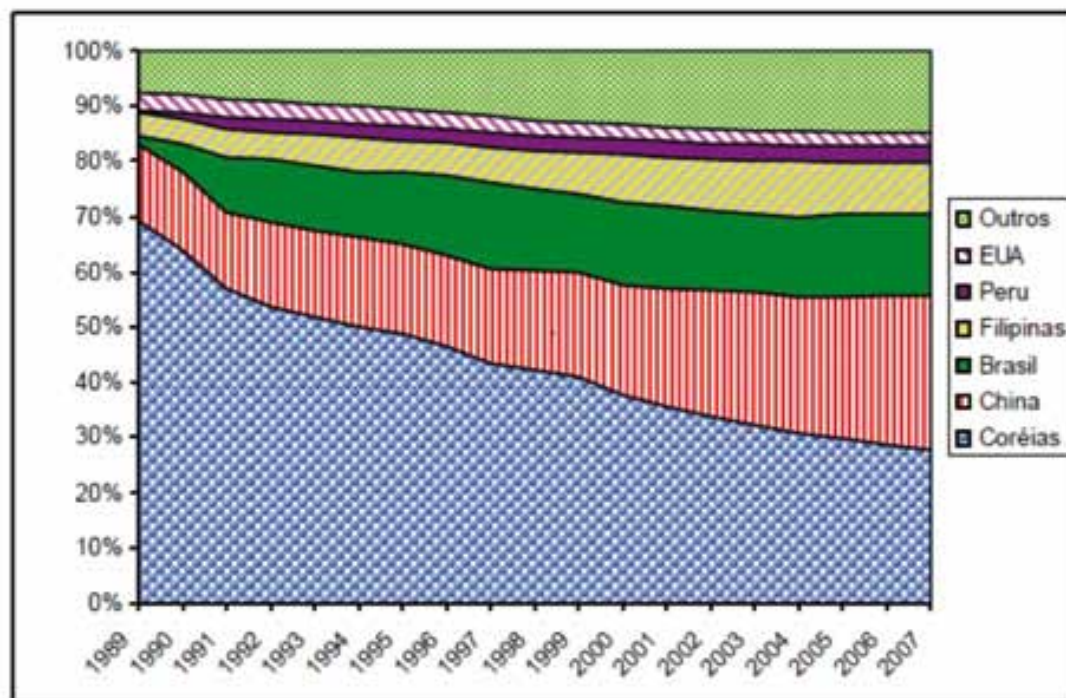
<sup>51</sup> Fonte: Pinheiro (2009, p. 270).

<sup>52</sup> Em 1930, numerosos eram os japoneses estabelecidos no estrangeiro em consequência das colonizações de que sofreram os países vizinhos: 287.000 na China e na Manchuria, 500.000 na Coreia, 228.000 em Taiwan. Esta colonização conduziu a deslocamentos, forçados e massivos, de populações originárias destes países, principalmente da Coreia para o Japão e a Manchuria, à exceção é claro do Brasil.

<sup>53</sup> Os dados sobre as pirâmides etárias provêm de documentos oficiais do Ministério do Interior do Japão, distribuídos pela Fundação do Japão quando da missão de novembro de 2009. Sobre o conjunto das questões tratadas, além da tese de Pinheiro (2009) e dos trabalhos de Kawamura Lili Katsuco, pode-se



Estrangeiros no Japão por Principais Países de Origem (1989 a 2007)



Fonte: Japan Immigration Association (2008).

### Gráfico 9 – Estrangeiros Residindo no Japão de 1988 a 2007, por Principais Países de Origem

Fonte: Dados de 2008 Fornecidos pela Japan Immigration Association.

### Uma avaliação difícil das discriminações sofridas pelos imigrantes brasileiros

Raros são os dados concernentes às discriminações de ordem econômica. É particularmente difícil encontrar dados que se referem aos diferenciais de salários entre trabalhadores estrangeiros e nacionais, de qualificação igual, aos tipos de empregos ocupados por uns e por outros (empregos a tempo integral, empregos “não regulares”, dos quais os empregos a tempo parcial), à duração respectiva de seu desemprego. Quando encontramos estes dados, eles são a maior parte do tempo

ler com interesse o artigo de Yumi Garcia dos Santos, intitulado “As famílias estrangeiras no Japão: um estudo comparativo sob o prisma do sexo”, publicado em Cadernos do Brasil Contemporâneo, n. 71/72, em 2008.

parcial e concerne apenas uma ou outra localidade. Ao contrário, os dados referentes às condições de trabalho são mais frequentes. Como o sublinha Kawamura (2003)<sup>54</sup>, os trabalhadores brasileiros sofrem o que os japoneses chamam de “os três Ks”: *kitsui* (penoso e pesado), *kikken* (perigoso) e *kitanai* (sujo). A estes “três Ks” se acrescentam dois outros “Ks”, segundo os brasileiros: um seria o *kibishii*, que significa que eles são sacrificados e o outro, o *kirai*, significa que seu trabalho é desagradável e mesmo detestável.

A razão desta penúria de dados se deve em parte, provavelmente, à reduzida dimensão desta imigração e, em parte, ao fato que o estatuto (e os vistos) dos imigrantes são diferentes segundo o país de sua procedência e suas origens “étnicas”, que eles podem ter condições de contratação particulares quando eles são contratados diretamente em seu país de origem por empresas japonesas de mão-de-obra, e que, enfim o pesquisador é confrontado a uma dificuldade de linguagem. As palavras em inglês não têm sempre o mesmo sentido na Europa e no Japão, desta forma, há trabalhadores *non reguliers* (*non-regular*), trabalhadores em tempo parcial (*part-time*) parte integrante dos precedentes. Da mesma maneira, nós o veremos, há o termo “multicultural” que de fato é mais próximo da assimilação que do reconhecimento da diversidade cultural.

Na Europa, na América Latina, os trabalhadores “não regulares” poderiam ser trabalhadores informais, no Japão, a significação é outra. Eles são o mais frequentemente registrados, mas não beneficiam integralmente dos seus direitos sociais (saúde<sup>55</sup>), aposentadoria,

<sup>54</sup> KAWAMURA, L. K. Para onde vão os brasileiros?: imigrantes brasileiros no Japão. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Ver igualmente da mesma autora: “Uma discriminação social e cultural na migração de brasileiros no Japão”, publicado em Cadernos do Brasil Contemporâneo, n° 71/72, em 2008.

<sup>55</sup> Para uma apresentação da complexidade do sistema de saúde japonês, ver OCDE. Health-care reform in Japan: controlling costs, improving quality and ensuring equity. In: \_\_\_\_\_. Economic survey Japan. [S.l.], 2009. Cap. 4. Ver igualmente o documento: THE SASAKAWA PEACE FOUNDATION. Social integration and multicultural community building policies in Japanese communities. [S.l.], 2009. Mimeografado. Onde à pagina 12 a evolução do acesso aos serviços sociais é mostrada. Aprende-se

seguro-desemprego, indenizações), seja por causa de seu estatuto, seja porque o empresário aproveita de seu desconhecimento da língua, da lei, para não os cobrir como deveria. No conjunto, os trabalhadores, nacionais e imigrados “não regulares” eram avaliados no Japão, segundo a OCDE, em 20% da população ativa em 1990 e em 34% em 2008<sup>56</sup>, dos quais dois terços – na maioria mulheres – com o estatuto de *part-time*. A vantagem para o empresário vem não somente do custo menos elevado de suas cotizações sociais, mas também de seus salários de 40% menor que o dos trabalhadores em tempo integral. (THE SASAKAWA..., 2009, p. 34). Os serviços são aqueles que são mais afetados pelo *part-time* e seu crescimento (restaurantes, hotelaria, trabalho doméstico, etc.): 44% dos assalariados tendo um estatuto de “não-regular” trabalham nos serviços, fora finança e construção civil. A dificuldade de analisar as discriminações econômicas de que seriam vítimas o assalariado estrangeiro vem da ausência destas estatísticas aplicadas a seus casos. O que se pode pressentir, porém graças a numerosos estudos, é que os assalariados brasileiros são em grande parte pessoas que não trabalham em tempo parcial quando eles têm um emprego, e que eles teriam um estatuto *de facto* de trabalhadores “não regulares” já que uma grande parte deles não usufrui da integralidade dos direitos sociais. Os poucos dados que nós pudemos colher o confirma. Assim, para a província de Gifu<sup>57</sup> que visitamos, e mais

---

assim que certos serviços, ainda que não reservados aos nacionais, podem não ser atribuídos aos estrangeiros sem que eles tenham o direito de reivindicação (assim é para a assistência pública), que outros são abertos aos estrangeiros há vários anos (1997 para os cuidados de longa duração, 1986 para o sistema de saúde), mas que por diversas razões os estrangeiros podem não ter acesso às pensões.

<sup>56</sup> OCDE. Overcoming the global crisis; the need of a new growth model. In: \_\_\_\_\_. Economic survey Japan. [S.l.], 2009. Cap. 1.

<sup>57</sup> 2,6% dos imigrantes residindo na província de Gifu (seja 57.570 em 2008), aquela de Tóquio reúne 18,1% dos imigrantes (seja 402.432). Em certas cidades, como Minokamo, a presença de estrangeiros atinge uma percentagem importante: 11,14%. Ela é de 10,27% em Tóquio. Em Toyota City, a percentagem de brasileiros na população imigrada atinge 46,6% em 2008 e em Minokamo City, ela é de 61,4%. Ao inverso, em Kobé – que nós visitamos – a população brasileira é marginal, a dos chineses e dos coreanos é muito elevada. O mesmo se passa em Shinjuku Ward. Ver os anexos estatísticos do documento THE SASAKAWA PEACE FOUNDATION. Social integration and multicultural community building policies in Japanese communities. [S.l.], 2009. Mimeografado. Assim como KOBE. An exciting place to work and live. Paris, [19--]. Mimeografado.

particularmente para as cidades de Minokamo, Kani, Kakamigahara, Ogaki, 60% dos imigrantes têm um emprego, mas somente 10% têm um estatuto de “tempo integral”, 46% dos empregos sendo no setor manufatureiro dos quais 26% na montagem eletrônica e 20% nas empresas que produzem peças para a indústria automobilística, 40% dentre eles têm mais de 40 anos e enfrentam dificuldades para encontrar um novo emprego<sup>58</sup>.

### **A crise de 2008-2009 reveladora das discriminações**

Uma pesquisa feita pela SAB (Sociedade dos Amigos do Brasil) entre 30 de dezembro de 2008 e 6 de fevereiro de 2009 na província de Gifu junto aos imigrantes que frequentavam o Centro de ajuda aos imigrantes sem emprego é reveladora da situação destes últimos. 94% destes imigrantes perderam seu emprego e estão desempregados. 847 questionários foram endereçados a 2.303 pessoas, 698 foram endereçados a famílias brasileiras, 137 a famílias filipinas etc., e preenchidos com a ajuda de entrevistas individuais. Os resultados são os seguintes. 63% das pessoas residem no Japão há mais de três anos, 23% há mais de um ano e menos de três anos, 14% há menos de um ano (1% não respondeu).

O conhecimento da língua japonesa é em geral fraco e poderia explicar em parte a situação de vulnerabilidade dos imigrantes e a discriminação econômica que daí decorre. Quanto menos a língua é conhecida, mais fortes serão as discriminações e mais difícil a integração. O conhecimento da escrita e da leitura é em geral bastante fraco, assim como a capacidade de entreter uma conversação. 40% dos estrangeiros desempregados dizem conhecer menos de 20% dos ideogramas japoneses, 39% menos de 30%, 13% a metade e somente 2% podem ler correntemente. Os resultados são ligeiramente melhores

---

<sup>58</sup> Ver o documento intitulado “Brazil tomo no kai, looking back on the nine years activity”, editado por ONGs de Minokamo.

para a conversação, já que 4% declaram poder conversar correntemente e 23% pela metade.

Antes de serem demitidos, 45% dos trabalhadores imigrados trabalhavam no setor de peças de montagem para automóveis, 27% na indústria eletrônica. 49% dentre eles estavam empregados na mesma empresa há menos de um ano, 25% de dois a três anos. Dentre estes trabalhadores que se tornaram desempregados, 70% declaram não receber indenizações de desemprego e 40% não são inscritos em nenhum sistema de saúde... Estes dois últimos dados são essenciais e dão uma ideia da amplitude da discriminação sofrida quanto ao acesso às indenizações, aos cuidados médicos. 57% das famílias têm crianças escolarizadas, elas vão por 61% a escolas japonesas, 37% a escolas brasileiras, estas sendo em geral mais caras, 2% em outras escolas. A maior parte das crianças (56%) está em escolas primárias, 15% em creches, 22% em nível ginásial e 7% em nível colegial. Devido à crise, sobre 383 crianças escolarizadas, 68 abandonaram seus estudos<sup>59</sup>.

Quando se interrogam os pesquisados sobre o que eles pediriam ao governo japonês, 37% deles pedem trabalho, 17% um pouco mais de igualdade social, 19% uma ajuda financeira, 10% uma ajuda para pagar seu aluguel, 7% uma assistência social, 4% uma redução de impostos e 6% um esforço maior em matéria de educação. Estas respostas devem ser ponderadas de acordo com os diferentes estatutos porque senão elas poderiam dar lugar a confusões. É lógico que aqueles que já usufruem

---

<sup>59</sup> Lembramos que o ensino é obrigatório no Japão para as crianças japonesas tendo entre 7 e 15 anos. As crianças brasileiras, em razão de suas dificuldades ao nível da aprendizagem da língua, têm em geral um atraso e não podem mais alcançar a escola japonesa por causa de sua idade. E se eles conseguem, são frequentemente alvo de piadas enquanto estrangeiros. Eles devem então ir às escolas brasileiras ou outras, em geral caras e pesando no orçamento familiar. É uma das razões que explicam porque às vezes estas crianças não vão à escola quando a renda de seus pais é insuficiente ou se torna ainda mais insuficiente em período de desemprego. Para Yumi Garcia dos Santos, no artigo intitulado “As famílias estrangeiras no Japão: um estudo comparativo sob o prisma do sexo”, publicado em *Cadernos do Brasil Contemporâneo*, n. 71/72, em 2008, lembra que na cidade de Toyota a taxa de abandono escolar é de mais de 12% em 2001. A lei nipônica não obriga estas crianças a ir à escola. Ela não tem deste ponto de vista o caráter universal que ela deveria ter. Trata-se aqui de uma discriminação do poder público contra as crianças estrangeiras cujo custo, em termos de não-integração, poderá ser considerável no futuro.

de um sistema de saúde não o peçam. Estas ponderações não foram feitas nesta pesquisa. As respostas às questões precedentes permitem, no entanto preencher esta lacuna. Após ponderação, são relativamente poucos pedidos aos poderes públicos à melhoria do acesso aos cuidados médicos e à educação, ainda que estes apareçam como um problema maior. Pede-se, sobretudo trabalho e um pouco mais de equidade. O ensinamento que se pode daí tirar é que os imigrantes contam com, para melhorar sua situação, um pouco mais de trabalho antes que com uma ajuda do Estado. Um pouco como se eles se considerassem como “naturalmente” excluídos dos benefícios do *Welfare State* japonês

## Conclusão

A grande maioria dos pesquisados não deseja retornar a seus países de origem, porque não tem dinheiro suficiente para financiar seu retorno, porque deseja, sobretudo, ficar e fazer sua vida no Japão (73% dizem não saber quanto tempo eles ficarão). No entanto, eles são pouco numerosos a pedir uma educação melhor que lhes permitisse melhor conhecer seus direitos, melhor negociar suas condições de trabalho, melhor cuidar de sua saúde. Em face às discriminações, eles procuram recompor seu meio social no Japão, se constituir como sociedade distinta, tecer laços mais estreitos com os imigrantes da mesma origem, procurando os “produtos culturais” de seus países, reforçando graças à internet suas relações com os que “ficaram em casa” a quem eles ajudam enviando dinheiro, desenvolvendo negócios mais próximos de suas demandas específicas<sup>60</sup>. “Ser japonês no Brasil e *burajiru-jin* (brasileiros) no Japão, se reflete em uma incerteza exprimida pelos imigrantes brasileiros *nikkei*. Em relação à sua própria identidade, principalmente pelo fato de que, quando estão ausentes dos

---

<sup>60</sup> Sobre estes pontos, ver KAWAMURA, L. K. Para onde vão os brasileiros?: imigrantes brasileiros no Japão. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Ver igualmente OLIVEIRA, A. C. de. Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão?: a trajetória de uma identidade em um contexto migratório. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MIGRAÇÕES E IDENTIDADES, 2008, São Paulo. Anias... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Mimeografado.

países, eles procuram sua declarada identidade brasileira” nota Lili Kawamura (op.cit., p. 236). “Hoje em dia, no Japão, há uma presença de uma verdadeira colônia brasileira, divulgando nossa cultura nos mais variados aspectos. O Brasil está lá dentro. Todos os entrevistados afirmam que hoje em dia é muito mais fácil ser um *dekassegui*<sup>61</sup>, pois você já não sente tanta falta das coisas brasileiras, elas também estão lá... Uma verdadeira colônia brasileira, levada pelos nossos japoneses” escreve Adriana Capuano de Oliveira<sup>62</sup>.

A concepção do multiculturalismo no Japão se traduziu, o mais das vezes, por uma política assimilacionista resultando que aqueles que recusaram *de facto* à assimilação sejam desprezados, rejeitados. Os perigos de uma tal perspectiva em termos de déficit de coesão social são grandes e se eles pouco se manifestaram até hoje é porque a percentagem de imigrantes permanece ainda fraca, comparada aos países europeus, e porque o sentimento de superioridade da cultura japonesa é poderoso dentre os japoneses. Com o aumento do número de estrangeiros e a globalização mais importante, a situação deverá mudar. As fissuras que já aparecem se manifestam pelo início de criação de “sociedades paralelas”, em reação às discriminações econômicas e culturais e ao desenraizamento dos imigrantes. Elas são de natureza a minar a coesão social e a fragilizar ainda mais a situação dos imigrantes. Hoje, o “retorno” dos brasileiros *nikkei* ao Japão é um desencanto, ele poderia se tornar um desespero. Este “retorno” dos brasileiros não está em uma assimilação, nem na busca de uma identidade brasileira, o mais frequentemente construída, mas na inclusão e no diálogo intercultural, reconhecendo as contribuições culturais de cada um. As diversas experiências dos países europeus deveriam a este título serem ricas de ensinamento.

---

<sup>61</sup> Este termo significa no Japão o fato de fazer retornar os filhos e netos dos japoneses que emigraram no passado. Ele tem um sentido pejorativo no Brasil.

<sup>62</sup> OLIVEIRA, A. C. de. Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão?: a trajetória de uma identidade em um contexto migratório. In: COLÓQUIO SOBRE AS MIGRAÇÕES NO JAPÃO, 2008. [S.l.]. Anais... [S.l.]: Universidade de Paris VIII, 2008. Mimeografado.